



SEEB ALERTA!

**Homologação de rescisão
fora do Sindicato é prejuízo na certa!**

TRABALHADOR NÃO FIQUE DESPROTEGIDO!



EXIJA HOMOLOGAÇÃO NO SINDICATO!

**Bancos têm grande interesse em realizar
homologação de rescisões dentro da agência,
sem nenhuma participação do Sindicato!**

BANCOS PRIVADOS

**Três privados têm
os maiores lucros
da história em 2017.**

Pág. 3

**IMPOSTO SINDICAL
AQUI**



IMPOSTO SINDICAL

**SEEB não cobra
o Imposto Sindical
dos bancários da base.**

Pág. 4

FOLHA
EXTRA

Uma publicação do Sindicato dos
Empregados em Estabelecimentos
Bancários de Blumenau e Região
SEEB

www.bancariosblumenau.org.br

Diretor de Imprensa e Comunicação
Marcos Tullio

Elaboração e Diagramação
Marcos Tullio

Fotos
Arquivo do SEEB

Imagens
Internet

Tiragem
1.300 exemplares

Impressão
ZF Indústria Gráfica

Endereço
Rua Coronel Vidal Ramos, 282
CEP: 89.010-330
Blumenau - SC

Telefone:
(47) 3326-3116
(47) 3322-5036 - fax



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS
DE BLUMENAU



Voz Bancária é o programa
do SEEB Blumenau e Região
transmitido na Rádio Comunitária
Fortaleza, ao vivo, às terças-feiras
às 10 horas. Participe pelo telefone
3378-4093 ou pelo e-mail
imprensa@bancariosblumenau.org.br
Sintonize: 98,3 FM
radiocomunitariafortaleza.com.br

Que tiro foi esse?...

Leandro Spezia, presidente do SEEB Blumenau e Região

Nem mesmo iniciamos
o ano e o governo Temer já colou
as manguinhas de fora!

Totalmente desmoralizado
e sem nenhum apoio popular,
Temer aproveitou o Carnaval
para insistir na Reforma da
Previdência, como se a população
já não soubesse dessa
velha prática!

E chegando à conclusão
de que nem mesmo a base aliada
do governo estava a fim de
correr riscos votando a favor
da Reforma, tão próxima a
eleição de outubro, Temer
aproveitou mesmo o Carnaval
para tentar uma manobra
mirabolante com o objetivo de
sobreviver no cenário político,
frente às pressões dos banqueiros
e grandes conglomerados
econômicos nacionais e internacionais,
que vêm exigindo as reformas
para lucrar mais.

A intervenção militar
no Rio de Janeiro foi aprovada
com o apoio da maioria do
governo, como forma de não
se deixar dobrar pela inexistência
de 308 votos para aprovação
da Reforma da Previdência na
Câmara dos Deputados, assim
como falta de votos favoráveis
também no Senado.

A utilização da intimidação,
da violência e do medo pelo
Estado para conduzir os destinos
de uma nação, certamente
prejudicará ainda mais a
população pobre, carente dos



serviços do Estado e vítima de
preconceitos sociais.

E nesse conluio, mais à
frente, na Campanha Salarial,
se alguns bancos já começam a
se utilizar da reforma trabalhista
para precarizar, ainda mais,
as relações de trabalho com a
contratação de trabalhadores
temporários, pejotização, para
se livrar do grande passivo
trabalhista, e anúncio de
homologação dos bancários
demitidos sem o acompanhamento
dos sindicatos de bancários,
imaginemos o que os bancos
irão propor durante as negociações
deste ano com a categoria,
se é que irão propor alguma
coisa, quando, na verdade,
deverão vir com propostas de
retiradas de nossos direitos,
adquiridos ao longo de décadas
de histórias de luta da classe
trabalhadora.

Em relação aos bancos
públicos federais, o governo,
apesar de todos os índices de
desaprovação, continua coman-

dando por meio das negociatas e,
sem nenhum escrúpulo, a proposta
de destruição do patrimônio público
e do favorecimento total aos
banqueiros e aos grandes
empresários.

A diretoria do SEEB sabe que
devemos estar atentos às manobras
do governo, que insiste na
precarização dos direitos dos
trabalhadores e da população
em geral. Pois já não bastam
os impostos exorbitantes,
inclusive, os maiores de todo
o mundo cobrados no Brasil!
E o governo ainda quer mais,
principalmente dos trabalhadores!



Nossa capacidade de lutar e
garantir nossos direitos depende
única e exclusivamente de nós
mesmos, aliados ao Sindicato,
que é nosso instrumento de
organização da categoria!
Vamos nos manter filiados e
vamos à luta, sempre!

AGENDA



DIA DA MULHER
08 de março
quinta-feira
Entrega das lembrancinhas
às bancárias da base.



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
13 a 17 de março
terça a sábado
Universidade Federal
Salvador - BA.



CONFERÊNCIA DOS BANCÁRIOS
28 de abril
sábado
Campanha Salarial 2018
Florianópolis - SC

Privados têm lucros recordes em 2017

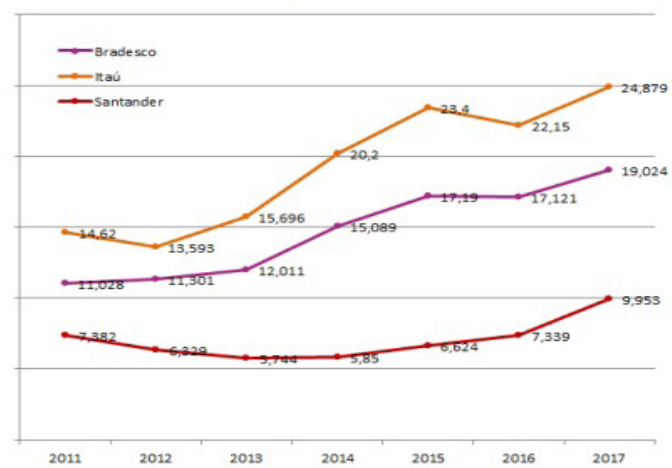
Mesmo com lucros cada vez mais estratosféricos, com recordes em cima de recordes, os bancos privados continuam demitindo, como se nas agências houvesse número suficiente de empregados.

Os três maiores bancos privados do País tiveram em 2017 o maior lucro de sua história, mesmo em período de acentuada crise recessiva.

No entanto, a contrapartida não existe: além das demissões e fechamento de agências, os bancos estão segurando o crédito, o que é um claro descumprimento de sua função social.

O Itaú lucrou quase R\$ 25 bilhões, um valor impressionante que não se traduz em melhoria do atendimento. Foram fechadas 133 agências tradicionais e criadas 25 agências digitais, que não oferecem

Lucros dos 3 maiores bancos privados
(em R\$ bilhões)



amplo acesso à população. O crédito encolheu significativamente, com redução da carteira.

No Bradesco, que teve um resultado de quase R\$ 19,024 bi, os números poderiam ter sido ainda maiores, mas o Banco apelou para um PDV para reduzir a folha e o impacto das indenizações foi de R\$ 1,262 bilhão. Foram encerrados quase 10 mil postos de trabalho e fechadas 565 agências, enquanto inaugurou 78 postos de

atendimento. A carteira de crédito do Banco foi reduzida em 4,3%.

Já o Santander comemorou um lucro de quase R\$ 10 bilhões numa gigantesca festa para 40 mil funcionários no final de 2017. Foi o único que não reduziu a carteira de crédito – que cresceu mais de 17% – mas, com as taxas de juros ao consumidor mais altas do mercado, não está emprestando à população e aos pequenos empresários. E foi

aberta somente uma agência durante todo o ano. Já o número de postos de trabalho aumentou em 670 entre setembro e dezembro, mas ninguém sabe ainda aonde foram parar todos estes funcionários. O número de demissões foi alto e estas contratações no último quadrimestre ficaram com um resultado positivo pequeno.

A receita com tarifas cresceu nos três bancos: 10,22% no Bradesco, 7,7% no Itaú e incríveis 17,7% no Santander. Estes números significam que os clientes pagam mais pelos serviços, embora este aumento não se reflita na melhora da qualidade do atendimento. As filas continuam grandes, embora os bancos pressionem cada vez mais os clientes a realizarem suas operações através de meios alternativos e digitais.

Além da concentração de renda, que já é um problema em si, e do não fomento da economia, as atuais diretrizes da gestão dos bancos privados trazem consequências ainda mais danosas à sociedade. Quanto mais ricos, maior sua influência política. Não é à toa que os bancos privados estão entre os maiores financiadores do lobby para aprovação da reforma trabalhista e na reforma da previdência.

Os resultados começaram a aparecer: a primeira batalha – as mudanças na CLT – foi vencida e as novas regras já estão sendo aplicadas nos bancos. Cada vez mais ricos e com maior poder de influência sobre o governo Temer, os bancos Bradesco, Itaú, e Santander estão entre os maiores inimigos das finanças e do bem estar da população brasileira.

Sem homologação no SEEB é prejuízo na certa

Desde 11/11/17 com a nova Lei nº 13.467 (reforma trabalhista), as empresas estão dispensadas de homologar as rescisões nos sindicatos profissionais. E, com isso, alguns bancos já anunciaram que não mais submeterão as rescisões à conferência e homologação dos SEEBs.

Em razão dessa nova prática dos bancos, os bancários dispensos estão vulneráveis a prejuízos, pois a ausência de



conferência e ressalvas na homologação pode ser interpretada como quitação das verbas constantes do recibo/TRCT (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho).

O SEEB entende que este dispositivo é ilegal e será questionado na Justiça.

Para evitar prejuízos, face à mo-

rosidade da Justiça, o SEEB Blumenau e Região orienta os bancários dispensados a exigirem a Assessoria Jurídica do SEEB, que é gratuita, para ser feita a conferência das parcelas e dos valores constantes do TRCT, assim como dos valores de FGTS e multas, e também a ressalva e as orientações.

Governo recua na Reforma da Previdência



Recuo na reforma da Previdência é vitória, mas governo vai aumentar ofensiva às privatizações!

É preciso manter estado de alerta, pois pauta com itens prioritários apresentada na última semana pelos golpistas inclui venda da Eletrobrás, autonomia do BC e fim do Fundo Soberano.

A resistência dos trabalhadores à reforma da Previdência foi vitoriosa e levou o governo ilegítimo de Michel Temer a recuar. No entanto, na mesma data em que a reforma deixou de ser prioridade, no dia 19/2, nova pauta incluindo 15 projetos da área econômica revela que os gol-

pistas agora reforçam o ataque às privatizações, ao Fundo Soberano e funcionamento do Banco Central, entre outros itens.

“Tivemos uma conquista no caso da Previdência, mas

precisamos continuar vigilantes, porque a ofensiva aos direitos e ao patrimônio dos brasileiros não vai parar; pelo contrário, será intensificada pelos golpistas”, afirma a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, que na última semana realizou reuniões com os empregados da Caixa para tratar desses e outros temas relativos aos trabalhadores.

Privatizações – Assim como ocorreu com a Previdência, o projeto de repassar a Eletrobrás ao setor privado

deverá incluir campanha nacional em defesa da proposta. Ele está entre os mais ambiciosos do governo Temer nas privatizações, e muitas outras empresas estão na lista, dentre elas a Caixa, com seus ativos, como a Lotex, seguros e cartões. Já a autonomia do BC foi debatida nas eleições de 2014 com o argumento de que uma menor interferência do Executivo seria positiva, mas o tema é bastante polêmico, já que a Instituição não pode ser usada para beneficiar interesses privados.

“E o fim do Fundo Soberano prejudicaria o desenvolvimento de várias regiões importantes do País, entre as quais o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos bancos que administram esses recursos, como o BB, BNB, BASA e BRB”, avalia Rita.



A pauta de prioridades, que foi apresentada pelo governo no dia 19/2, inclui ainda “simplificação tributária”, relativa aos impostos PIS e Cofins, programa de “recuperação e melhoria nas estatais”, do PL 9215 (que trata da situação de dependência e do plano de recuperação e melhoria empresarial aplicável às estatais federais e restringe direitos dos empregados), e nova lei de finanças públicas (PL 295), entre outros itens.

O presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira (MDB-CE), determinou no dia 19/2 a suspensão da tramitação de todas as propostas de emenda à Constituição (PECs) enquanto vigorar o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, previsto até 31 de dezembro.

A suspensão atinge mais de 190 propostas em andamento na Casa, entre elas a reforma da Previdência, que só pode ser feita por meio de uma PEC.

SEEB não cobra Imposto Sindical da base

A direção do SEEB Blumenau e Região deliberou por unanimidade por não realizar assembleia do Imposto Sindical, por entender que o SEEB foi sempre contrário a esse Imposto, equivalente a 1 dia de trabalho, do qual apenas 60% vinha para a Entidade Sindical.

A diretoria do SEEB, nos últimos 27 anos deixou de cobrar o Desconto Assistencial, sempre

aprovando nas assembleias da categoria, por ocasião da Campanha Salarial, o índice 0% (zero por cento), a fim de que nenhum bancário da base tivesse algum desconto, exatamente para compensar o Imposto Sindical de março, que era obrigatório.



O SEEB defende que recursos para manter a estrutura e ampliar a luta por melhores condições de trabalho devem ser definidos e aprovados pela categoria

em assembleias convocadas pelo SEEB.

A mensalidade do bancário filiado é fundamental para manter o Sindicato forte e atuante para organizar as lutas dos bancários por melhores condições de trabalho e de saúde, salários mais justos e, ainda, disponibilizar serviços essenciais como assessoria jurídica, atividades de formação, de lazer e recreação, entre outras.